
***Itaguaçu da
Bahia Energias
Renováveis S.A.***

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	152	293
Tributos a compensar	5	61	57
Outros créditos		70	70
		<u>283</u>	<u>420</u>
Não circulante			
Imobilizado	6	1.031	1.031
Direito de uso – arrendamento	7	3.200	3.361
Intangível	8	77.737	76.869
		<u>81.968</u>	<u>81.261</u>
Total do Ativo		<u>82.251</u>	<u>81.681</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo</u>			
Circulante			
Provisão de descomissionamento		400	-
Passivo de arrendamento	11	125	124
Obrigações tributárias		-	1
		<u>525</u>	<u>125</u>
Não circulante			
Contrato de cessão de direitos	10	8.917	8.049
Passivo de arrendamento	11	2.302	2.588
Outros		14	14
		<u>11.233</u>	<u>10.651</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12	124.906	124.906
Prejuízos acumulados		<u>(54.413)</u>	<u>(54.001)</u>
		<u>70.493</u>	<u>70.905</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>82.251</u>	<u>81.681</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações do resultado
dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
DESPESA OPERACIONAL	13		
Pessoal e administradores		-	(421)
Provisão de descomissionamento		(400)	-
Serviço de terceiros		(15)	(25)
Depreciação		-	(1)
Tributos		(3)	(9)
Outras despesas		(10)	173
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(428)	(283)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO			
Receitas financeiras		18	33
Despesas financeiras		(2)	(4)
		16	29
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(412)	(254)
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais		(0,00)	(0,00)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(412)</u>	<u>(254)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(412)</u>	<u>(254)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>AFAC</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.137	(2.384)	(53.747)	97.153	71.159
Aumento de capital (Nota 13)	94.769	2.384	-	(97.153)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(254)	-	(254)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	124.906	-	(54.001)	-	70.905
Prejuízo do exercício	-	-	(412)	-	(412)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	124.906	-	(54.413)	-	70.493

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		<u>(412)</u>	<u>(254)</u>
Ajustados por:			
Depreciação e amortização		-	1
Provisão para descomissionamento		400	-
Prejuízo do exercício ajustado		<u>(12)</u>	<u>(253)</u>
Redução (aumento) dos ativos			
Tributos a compensar		(4)	(6)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		-	(18)
Obrigações estimadas		-	(287)
Tributos e contribuições a recolher		(1)	(33)
Arrendamento		<u>(285)</u>	<u>(32)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		<u>(302)</u>	<u>(629)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	6	<u>161</u>	<u>(41)</u>
Caixa líquido aplicado nas (consumido nas) atividades de investimento		<u>161</u>	<u>(41)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa		<u>(141)</u>	<u>(670)</u>
Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes no início do exercício		293	963
Caixa e equivalentes no final do exercício		<u>152</u>	<u>293</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa		<u>(141)</u>	<u>(670)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (“IBER” ou “Companhia”), uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro - RJ, foi constituída em 2 de junho de 2015, a partir da associação de Furnas Centrais Elétricas S.A. com o Fundo de Investimento Participações Salus - FIP SALUS e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., para atuar como holding de gestão do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Complexo), composto por dez parques eólicos situados no município de Itaguaçu da Bahia, no Estado da Bahia.

O projeto inicial do Complexo estava dimensionado para 280 MW de potência instalada, tendo sido comercializado no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 125,6 MW médios, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. A previsão de instalação do projeto era de 140 aerogeradores de potência nominal de 2 MW e deveria ser implantada uma rede de distribuição de 34,5kV, interligando os parques eólicos a duas subestações de elevação compartilhadas de 34,5kV para 230kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 230kV, com cerca de 36km de extensão, ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional, através da subestação denominada Gentio do Ouro II, também no Estado da Bahia, que ainda não havia sido construída.

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de junho de 2015 por todos os sócios.

Com a desestatização das sociedades do Grupo Eletrobras, o processo de licitação foi revogado, a Companhia buscou no mercado, com os fornecedores de aerogeradores, melhores condições comerciais que atendam ao Projeto. A partir da definição da melhor solução técnico/financeira pela holding, o Plano de Negócios será revisado e reapresentado para a Governança interna e da Eletrobras.

Ocorre que, diante da análise dos projetos pelas Controladoras, após a desestatização, restou entendido que o projeto, na qualidade em que se encontra, precisa ser reestruturado, retornando ao status de projeto *GreenField* (termo aplicado quando o produto do projeto é realizado a partir do zero, em situações em que não se conta com instalações e facilidades pré-existentes que possam ser incorporadas ao produto do projeto) e passando pelos seguintes passos: (i) definição de um novo layout, que permita um novo pedido de outorga considerando em regime tributário diverso do atualmente previsto; (ii) realização de um estudo de otimização, considerando a hibridização do projeto, com a possibilidade de desenvolvimento de um projeto solar associado, e; (iii) confirmação da conexão do projeto, tendo em vista que o projeto atual ainda não tem assegurada a conexão.

Em 12 de junho de 2023, foi proferido novo Despacho de Requerimento de Outorga, sob o nº 1.742, por meio do qual a ANEEL: (i) registra o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Eólica – EOL Itaguaçu da Bahia I; (ii) informa que o DRO referido no caput inclui o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e (iii) informa que este registro vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação.

Diante da análise dos projetos pelas Controladoras, após a desestatização, restou entendido que o projeto, na qualidade em que se encontra, precisa ser reestruturado, passando pelos seguintes passos: (i) definição de um novo layout, que permita um novo pedido de outorga considerando em regime tributário diverso do atualmente previsto; (ii) realização de um estudo de otimização, considerando a hibridização do projeto, com a possibilidade de desenvolvimento de um projeto solar associado, e ; (iii) confirmação da conexão do projeto, tendo em vista que o projeto atual ainda não tem assegurada a conexão.

Sendo assim, a a Administração optou pela desistência do pedido de outorga, conforme orientação enviada em correspondência eletrônica datada de 12.07.2023, a fim de não sujeitarem a Companhia às penalidades pelo possível descumprimento das datas de implantação atualmente constantes do cronograma enviado à ANEEL, sendo certo que a implantação será retomada após o cumprimento das etapas narradas no parágrafo anterior.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 242 em 2024. A Administração considera que, caso haja necessidade, realizará o suporte financeiro necessário para cumprir com as obrigações vigentes, garantindo a continuidade das operações.

1.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 25 de abril de 2025.

2 Bases de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das disposições normativas da Agência Nacional Energia Elétrica - ANEEL, onde aplicáveis e quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2024, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da IBER. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as normas CFC e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas nas demonstrações contábeis descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de acordo com aquelas que já eram aplicadas na Companhia, mantendo a uniformidade.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Reconhecimento e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado,

sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE.

As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, conforme descrito na Nota explicativa nº 6, e leva em consideração o prazo estimado de vida útil dos bens.

c. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), quando necessário.

d. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

e. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

g. Passivos de arrendamento

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendatários.

h. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

i. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, está descrita a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

j. Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis emitidas, mas ainda não vigentes

A adoção antecipada de normas emitidas pelo IASB mas não estão em vigor, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo assim a Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias.

3.1 Reforma tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia mantém em caixa equivalente de caixa as aplicações financeiras que possuem característica de aplicação de curto prazo com a finalidade de satisfazer compromisso rotineiros e com objetivo de remunerar o saldo diário na estimativa de 100% do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira).

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras	152	293
	<u>152</u>	<u>293</u>

5 Tributos a compensar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda a recuperar	61	57
	<u>61</u>	<u>57</u>

6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Em curso		
Seguros	614	614
Serviços de terceiros	417	417
Total	<u>1.031</u>	<u>1.031</u>

Não ocorreram movimentações do imobilizado em curso em 2023.

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>
Em Serviço				
Máquinas e equipamentos	1	-	(1)	-
Em curso				
Seguro	614	-	-	614
Serviços de terceiros	376	41	-	417
Total	<u>991</u>	<u>41</u>	<u>(1)</u>	<u>1.031</u>

7 Direito de uso - arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia realizou estudo para enquadramento a nova regra e tem reconhecido desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo em contrapartida ao Intangível - Direito de Uso.

Até a entrada em operação do parque eólico, o arrendamento é pago por valor fixo contratual, corrigido anualmente pela variação do IGP-M. A partir da entrada em operação, o valor do arrendamento passa a ser calculado pelo percentual de 1,5% da receita gerada.

Em 2023, conforme informado no contexto operacional (Nota explicativa nº. 1), o projeto retornou ao status de GreenField, no orçamento da controladora, e os arrendamentos foram recalculados considerando seu pagamento por valor fixo contratual até o fim da vigência dos contratos, corrigido anualmente pela variação e devido todo mês de outubro de cada ano, até que se tenha um novo cronograma de implantação. Isso resultou na reversão de R\$ 71.314 do valor provisionado em contrapartida ao Passivo de arrendamento.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Direito de uso - arrendamento	3.200	3.361
Total	<u>3.200</u>	<u>3.361</u>

Abaixo a movimentação líquida do imobilizado:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
Direito de uso - arrendamento	3.361	(161)	3.200
Total	<u>3.361</u>	<u>(161)</u>	<u>3.200</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>
Direito de uso - arrendamento	74.675	(71.314)	3.361
Total	<u>74.675</u>	<u>(71.314)</u>	<u>3.361</u>

8 Intangível

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Em curso		
Cessão de direitos (a)	77.737	76.869
Total	<u>77.737</u>	<u>76.869</u>

(a) Cessão de direitos

Refere-se ao custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, adquirido de Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., conforme contrato de 10 de novembro de 2014, a ser amortizado pelo prazo de concessão, quando da entrada em operação do Parque Eólico. A atualização financeira estipulada em contrato está sendo capitalizada no intangível até o início das operações dos parques eólicos.

Abaixo a movimentação do intangível:

	<u>Saldos em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>
Cessão de direitos	76.869	868	77.737
Total	<u>76.869</u>	<u>868</u>	<u>77.737</u>

	<u>Saldos em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 31/12/2023</u>
Cessão de direitos	75.932	937	76.869
Total	<u>75.932</u>	<u>937</u>	<u>76.869</u>

9 Contingências judiciais

Ação de Cobrança nº 0359434-77.2016.8.19.0001 - Cobrança de eventuais valores inadimplidos em virtude da prestação de serviços de fornecimento e montagem de torres anemométricas pela Solarterra, conforme Contrato nº CIB 011.2015. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia a probabilidade de perda é classificada como possível e o seu saldo foi atualizado conforme relatório dos advogados, tendo o valor total de R\$ 1.012 em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não possui contingências classificadas como provável.

10 Partes relacionadas

a) Contrato de cessão de direitos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2024</u>
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	8.049	868	8.917
Total	<u>8.049</u>	<u>868</u>	<u>8.917</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2023</u>
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	7.113	936	8.049
Total	<u>7.113</u>	<u>936</u>	<u>8.049</u>

Os saldos classificados no passivo não circulante, sob o título contrato de cessão de direitos, referem-se ao valor a ser pago pela IBER à Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, assinado em 10 de novembro de 2014, o qual é atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Referido valor, por força do

instrumento contratual, apenas passa a ser exigível após a entrada em operação do Parque Eólico.

11 Passivos de Arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia realizou, estudo para enquadramento à nova regra e tem reconhecido desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo, em contrapartida ao Intangível - Direito de Uso.

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores contratados até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

Em 2023, conforme informado no contexto operacional, concluiu se que o projeto precisa ser reestruturado, passando pelos seguintes passos: (i) definição de um novo layout, que permita um novo pedido de outorga considerando em regime tributário diverso do atualmente previsto; (ii) realização de um estudo de otimização, considerando a hibridização do projeto, com a possibilidade de desenvolvimento de um projeto solar associado, e; (iii) confirmação da conexão do projeto, tendo em vista que o projeto atual ainda não tem assegurada a conexão.

Dessa forma o projeto retornou ao status de GreenField, no orçamento da controladora, e os arrendamentos foram recalculados considerando seu pagamento por valor fixo contratual até o fim da vigência dos contratos, corrigido anualmente pela variação e devido todo mês de outubro de cada ano, até que se tenha um novo cronograma de implantação.

	<u>31/12/2023</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2024</u>
Arrendamentos a pagar	2.712	(125)	(160)	2.427
	<u>2.712</u>	<u>(125)</u>	<u>(160)</u>	<u>2.427</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2023</u>
Arrendamentos a pagar	74.057	(31)	(71.314)	2.712
	<u>74.057</u>	<u>(31)</u>	<u>(71.314)</u>	<u>2.712</u>
		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	
Circulante		125	124	
Não circulante		2.302	2.588	
Total		<u>2.427</u>	<u>2.712</u>	

12 Capital social

Em 19 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da IBER deliberou sobre (i) o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 94.768, resultante do montante de AFACs de R\$ 97.153, deduzido do valor de R\$ 2.385, em razão da existência de Capital a Integralizar registrado no Patrimônio Líquido; (ii) a subscrição e integralização da totalidade do aumento de capital social aprovado; (iii) a alteração do artigo 6º do Estatuto Social para fazer

ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

constar o valor consolidado do capital social subscrito e integralizado, de R\$ 30.137 para R\$ 124.905; (iv) a consolidação do Estatuto Social; (v) e a nova configuração societária resultante do capital social aprovado e consolidado no montante de R\$ 124.905, que passa a ser representada por 96,7825% de ações do acionista Brasil Ventos Energia S.A., proporcionalmente à sua participação no capital de R\$ 120.886, e 3,2175% de ações do acionista Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., proporcionalmente à sua participação no capital de R\$ 4.019.

A composição acionária, com base no capital subscrito em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Brasil Ventos Energia S.A.	120.886.389	120.887	96,78	120.886.389	120.887	96,78
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	4.018.869	4.019	3,22	4.018.869	4.019	3,22
	<u>124.905.258</u>	<u>124.906</u>	<u>100,00</u>	<u>124.905.258</u>	<u>124.906</u>	<u>100,00</u>

13 Despesas operacionais

Despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e conselheiros (a)	-	(421)
Provisão de descomissionamento (c)	(400)	-
Serviço de Terceiros (b)	(15)	(25)
Outras receitas (despesas)	(10)	173
Tributos	(3)	(9)
Depreciação	-	(1)
Total	<u>(428)</u>	<u>(283)</u>

(a) Remuneração dos Administradores, Empregados e Conselho Fiscal

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, datada de 21 de setembro de 2021 aprovou a destituição dos conselheiros de administração, de acordo com a Nota Técnica SEI nº 8983/2021/ME emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Os Diretores assinaram Declaração de Renúncia de Remuneração pelo desempenho de suas atividades em face do compartilhamento de mandato com sua Controladora Brasil Ventos Energia.

Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia datada de 26/04/2024 foi nomeada a nova composição do Conselho Fiscal formada por 03 membros titulares e respectivos suplentes, todos indicados pelas Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras e com renúncia de remuneração pelo desempenho de suas funções em razão da gestão compartilhada com o Conselho Fiscal da Brasil Ventos Energia.

	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros	2	3
Número de membros remunerados	-	-

Em atendimento ao CPC 05 apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composta pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	-	(418)
Remuneração	-	(262)
Encargos	-	(86)
Outros Benefícios	-	(70)
Conselheiros	-	(3)
Honorários	-	(3)
Total	<u>-</u>	<u>(421)</u>

(b) Serviços de terceiros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviço de auditoria	(12)	(23)
Outros serviços contratados	(3)	(2)
Total	<u>(15)</u>	<u>(25)</u>

(c) Provisão de descomissionamento

Em 2024, a Companhia provisionou o valor correspondente para a retirada dos aerogeradores do parque, que não serão mais aproveitados, com desembolso previsto para primeiro semestre de 2025.

14 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e índices de mercado, de liquidez e regulatório. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Considerando-se que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, os principais fatores de risco que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(i) Risco de taxa de juros e índices de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área de Gestão da Companhia, de modo a garantir a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(iii) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

15 Estrutura de gerenciamento de riscos

a) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinado principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

b) Gestão de Risco

No período de suas atividades, construção, operação e manutenção do Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Parque Eólico.

16 Cobertura de seguros

Em agosto de 2023, a Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (IBER), emitiu a correspondência CE.IBER.006.2023 para a JUNTOS SEGUROS S.A. solicitando o encerramento do processo de garantia financeira para o empreendimento, Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I, e, conforme previsto nos termos da apólice para as condições de rescisão, a IBER solicitou a restituição parcial do prêmio referente ao período de vigência da apólice que não será utilizado. A presente solicitação ocorre em razão de perda de objeto da apólice, uma vez que na data de 22/07/2023, a IBER protocolou a carta CE.IBER.004.2023

formalizando junto a ANEEL a desistência do pedido de outorga que se encontrava em tramitação na ANEEL sob o processo de nº 48500.001412/2021-95 (e nº 48513.016260/2022-00). Em 24/08/2023, a ANEEL expediu o Despacho de nº 3.091, declarando extinto o processo de solicitação de outorga. Em 26/09/2023, a IBER recebeu o montante R\$ 209.700,82 que foi efetuado pela Seguradora JUNTOS SEGUROS S.A.

Não faz parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

17 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi realizada a seguinte transação que não envolve o caixa e equivalente de caixa:

- Atualização da Cessão de Direitos, R\$ 868 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 936 em 31 de dezembro de 2023)

* * *

Luiz Eduardo Marques Moreira
Diretor Administrativo - Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor Técnico



Caroline Amaral Becker
Contadora
CRC/SC 031685/O-3